



Rodízio de Auditoria Independente e Gerenciamento de Resultados: Uma Análise do Setor Agropecuário brasileiro

Aluno Mestrado/MSc. Student Daniel Eduardo Oliveira, Aluno Mestrado/MSc. Student Michele Cristina Bueno de Sena Tomaz, Doutor/Ph.D. Laura Edith Taboada Pinheiro, Doutor/Ph.D. Juliano Lima Pinheiro

UFMG, Belo horizonte, Minas Gerais, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Daniel Eduardo Oliveira

Programa de Pós-Graduação/Course CEPCON

Aluno Mestrado/MSc. Student Michele Cristina Bueno de Sena Tomaz

Programa de Pós-Graduação/Course CEPCON

Doutor/Ph.D. Laura Edith Taboada Pinheiro

Programa de Pós-Graduação/Course CEPCON

Doutor/Ph.D. Juliano Lima Pinheiro

Programa de Pós-Graduação/Course CEPCON

Resumo/Abstract

O objetivo do presente estudo consiste em verificar como o gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário é afetado pelo rodízio de auditoria independente. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa compreendeu as companhias brasileiras listadas na B3 do setor agropecuário no período de 2012 a 2022. Utilizou-se de regressão de dados em painel com o modelo de Pae (2005) para estimação dos accruals. Os resultados encontrados evidenciaram que as variáveis de FCO (Fluxo de caixa operacional) foram significativas a 99%, o que permite afirmar que estas impactam no gerenciamento de resultados da amostra no período analisado. De mesmo modo, ao se analisar a variável AT (Accruals totais) apresentou um valor médio alto (11,20), sinalizando a ocorrência de maiores incidências da prática de gerenciamento de resultados, pontualmente, em alguns anos. Ao se analisar se o tipo de rodízio influencia o nível de gerenciamento de resultados, o resultado mostrou que quando a troca é voluntária, o gerenciamento de resultado é (2,09) maior. Ademais, ao testar se a substituição do auditor independente para uma empresa Big-Four influencia o nível de gerenciamento de resultados, as trocas de Big-Four/Não Big-Four e Não Big-Four/Big-Four não obteve amostra suficiente para se calcular a significância do estudo, mostrando que no setor agropecuário é menos comum de acontecer, ainda sim, é possível observar que as trocas de não Big-Four para não Big-Four, possuem um gerenciamento de resultado menor comparado com as demais.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Auditoria e Tributos (AT) / Auditing and Tax



Rodízio de Auditoria Independente e Gerenciamento de Resultados: Uma Análise do Setor Agropecuário brasileiro

Resumo

O objetivo do presente estudo consiste em verificar como o gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário é afetado pelo rodízio de auditoria independente. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa compreendeu as companhias brasileiras listadas na B3 do setor agropecuário no período de 2012 a 2022. Utilizou-se de regressão de dados em painel com o modelo de Pae (2005) para estimação dos *accruals*. Os resultados encontrados evidenciaram que as variáveis de FCO (Fluxo de caixa operacional) foram significativas a 99%, o que permite afirmar que estas impactam no gerenciamento de resultados da amostra no período analisado. De mesmo modo, ao se analisar a variável AT (*Accruals* totais) apresentou um valor médio alto (11,20), sinalizando a ocorrência de maiores incidências da prática de gerenciamento de resultados, pontualmente, em alguns anos. Ao se analisar se o tipo de rodízio influencia o nível de gerenciamento de resultados, o resultado mostrou que quando a troca é voluntária, o gerenciamento de resultado é (2,09) maior. Ademais, ao testar se a substituição do auditor independente para uma empresa Big-Four influencia o nível de gerenciamento de resultados, as trocas de *Big-Four/Não Big-Four* e *Não Big-Four/Big-Four* não obteve amostra suficiente para se calcular a significância do estudo, mostrando que no setor agropecuário é menos comum de acontecer, ainda sim, é possível observar que as trocas de não *Big-Four* para não *Big-Four*, possuem um gerenciamento de resultado menor comparado com as demais.

Palavras-chave: firma de auditoria, fluxo de caixa operacional; rodízio de auditoria; gerenciamento de resultados.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é internacionalmente conhecido por sua grande capacidade de produção no setor agropecuário. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em nota divulgada em fevereiro de 2023, a balança comercial do agronegócio iniciou o ano com superavit de US\$ 8,69 bilhões. Este valor foi muito acima do superavit de US\$ 2,61 bilhões da balança comercial total (Kreter *et al.*, 2023). Este novo recorde se deve ao aumento de 16,4% comparado a janeiro de 2022.

Além disso, o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de milho, atrás somente dos Estados Unidos e da Argentina e no que tange a cultura de café, a safra brasileira teve recorde em 2022, segundo o boletim de acompanhamento da safra brasileira (Conab, 2023). Outro ponto, é que o Brasil é o maior produtor e exportador de soja no mundo, ocupando 50% do comércio mundial (Embrapa, 2021). Entretanto, as empresas do setor frequentemente necessitam utilizar capital de terceiros para financiar este potencial crescimento produtivo. Com a abertura de capital para a captação de recursos de terceiros, surge de maneira mais rotineira a figura dos *stakeholders* e com isso, a necessidade da geração de maior confiabilidade, sobretudo no que se refere ao acesso à informação confiável.

Neste contexto, a auditoria independente pode exercer influência significativa nas empresas de capital aberto, visto que cada dia mais, essas empresas estão inseridas em um



ambiente que exige transparência e confiabilidade nos relatórios financeiros publicados ordinariamente (Pereira & Vilaschi, 2006; Martins, Oliveira, Niyama & Diniz, 2014). Isso porque estes são ferramentas fundamentais no processo decisório dos investidores, constituindo-se como principal fonte de informação da saúde financeira e planejamento estratégico das organizações empresariais (Paulo, 2007).

Contudo, salientam Hendriksen e Van Breda (1992) que os lucros (ou prejuízos) podem ser medidas parcialmente distorcidas diante de escolhas contábeis arbitrárias dos gestores, trazendo consigo um potencial risco aos investidores. Quando essas decisões são feitas de maneira discricionária e no âmbito dos princípios contábeis, porém, apropriando-se de deficiências contratuais, das racionalidades limitadas dos grupos de interesse ou da assimetria de informação no mercado, dá-se o nome de gerenciamento de resultados (El Diri, 2018).

Este termo foi definido por Healy e Wahlen (1999) como o fenômeno da manipulação dos resultados acerca do desempenho econômico da empresa por parte dos gestores mediante escolhas contábeis. Ocorre que os *accruals* (parcela não-financeira do resultado), embora tenham o propósito de registrar o efetivo lucro ou prejuízo econômico das entidades, também são passíveis de utilização para fins arbitrários pelos gestores, tornando-se, em seu elemento discricionário, uma *proxy* de gerenciamento de resultados (Martinez, 2008).

Ou seja, esse gerenciamento de resultados pode ocorrer por meio de tratamentos contábeis diferenciados ou decisões econômicas capazes de influenciar os fluxos de caixa, os investimentos ou a produção da entidade (El Diri, 2018). Essas ações buscam manipular as informações divulgadas nos relatórios e, conseqüentemente, a interpretação dos grupos de interesse. Diante disso, a auditoria independente se torna um dos mecanismos pelo qual os acionistas podem monitorar as decisões e ações empresariais. O fato dela ser responsável pela verificação da exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis dá credibilidade às informações (Ribeiro & Coelho, 2018).

Dentro do contexto da auditoria das práticas de governança corporativa e tratamento dos *stakeholders*, é destacado por Law (2011) que se busca o atendimento das exigências de todos os interessados, maximizando dessa forma os interesses de ambas as partes. Além disso, é evidenciado a necessidade de melhoria e criação de valor por meio de divulgação oportuna e periódica dos riscos envolvidos e das práticas exploradas para minimizar os riscos, atendendo os interessados.

Sendo assim, a transparência é um dos princípios básicos da governança corporativa e na mitigação a assimetria de informações nas empresas, além de revela-se como condição necessária para o gerenciamento de resultados, nos termos do que apontam Consoni, Colauto e de Lima (2017) e Schipper (1989). Por causa disso, Bortolon, Neto e Santos (2013) reconhecem, na auditoria independente, um dos mecanismos possíveis para aumentar a transparência na relação gestor – investidor, admitindo-se que, segundo estes autores, a finalidade da auditoria independente “é, através de uma averiguação imparcial e com reconhecida capacidade técnica, avaliar as demonstrações financeiras” (Bortolon, Neto & Santos, 2013, p. 28).

Neste contexto, a relação entre governança e os *stakeholders* está na busca em desenvolver sistemas de governança com o intuito de minimizar as preocupações e desafios deles. De acordo com o que McGahan (2021) algumas questões sobre a função dos sistemas de governança são estudadas em diferentes correntes como, governança comparativa, adaptação da governança e mecanismos de governança (McGahan, 2021).

Portanto, reconhecendo a importância da auditoria na governança corporativa, o gerenciamento de resultados e o setor agropecuário. Surge então para esta pesquisa o seguinte problema de pesquisa: **Como o gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário é afetado pelo rodízio de auditoria independente?**



A partir deste problema, o objetivo geral investigar se a substituição do auditor independente impacta, de alguma maneira, no gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário listadas na B3 entre os anos de 2012 e 2022. Os objetivos específicos são, analisar se os dados relacionados ao gerenciamento de resultados são divergentes quando houve rodízio voluntário ou obrigatório do auditor independente; e se existem diferenças entre os níveis observados de gerenciamento de resultados quando houve substituição do auditor independente por empresas tidas por *Big-Four* (Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e Pricewaterhouse Coopers) ou não.

Esta pesquisa contribui para a discussão dos impactos no gerenciamento de resultados mediante a necessidade de firmas e de sócios de auditoria realizarem o rodízio do auditor em até cinco anos, como estabelecido pela legislação. Com isso, o presente trabalho pretende contribuir com a evidenciação de como o rodízio e a troca por empresas tidas como *Big-Four* ou não *Big-Four*, impactam no gerenciamento de resultados em empresas do agronegócio brasileiro. Isso porque, cada vez mais as empresas deste setor têm buscado maior transparência no mercado de capitais, por diversas vezes adotando um conjunto de procedimentos de gestão amplamente discutido na atualidade. Sendo assim, o rodízio de auditoria e o tamanho da empresa de auditoria, pode ser considerado uma sinalização ao mercado, por considerar que a auditoria independente representa uma ferramenta que possibilita maior otimização na geração de informações confiáveis aos usuários externos das informações financeiras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Governança Corporativa

A governança corporativa é um tema discutido e percebido mundialmente, tendo em vista sua importância, na gestão e contribuição para tomadas de decisões. Esta expressão segundo Chagas (2007), surgiu da expressão inglesa *Corporate Governance*, representando a forma pelo qual os acionistas administram sua empresa. Em face disso a governança está presente nos órgãos como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 20), que neste contexto conceitua a Governança corporativa como se segue:

“é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.”

Aprofundando na literatura da governança corporativa, Aguiar (2002) apresenta duas figuras contidas na governança corporativa, o Principal e o Agente. O principal que é representado pelo investidor ou acionista ou credor, aqueles interessados de forma geral no melhor desempenho da empresa, conhecido também como *stakeholders*. Já os agentes são aqueles representados por administradores que, podem ou não, atuarem em benefícios e interesses dos *stakeholders*, gerando o chamado conflitos de agência. Esta conceituação se faz necessária para se compreender e identificar a importância da governança como agente influente neste contexto.



Diante do exposto, a governança corporativa está diretamente ligada a gestão e administração das empresas, gerando assim uma questão, a Teoria da Agência. Jensen e Meckling (1976), traz que a Teoria da Agência, identifica os problemas inerentes ao fato de o investidor não estar ligado à gestão direta da empresa. Com isso surge a questão da assimetria informacional entre o investidor e a gestão, mas que através da transparência busca ser minimizada, sendo este um dos princípios básicos da Governança Corporativa (IBGC, 2015). Assim, fica claro o poder de influência, possibilidade de assimetria informacional e ainda gerenciamento de resultados, por parte do agente responsável pela gestão.

Portanto, a assimetria informacional pode ser caracterizada como informações incompletas entre as partes. Milgrom e Roberts (1992) traz que a assimetria informacional é uma situação em que uma das partes da transação não possui toda a informação necessária para constatar se os termos do contrato que está sendo proposto são reciprocamente admissíveis e serão cumpridos. Dito isso, reforça a importância e necessidade de submissão à auditoria independente com a finalidade assegurar confiabilidade necessária aos investidores.

Neste contexto, a auditoria independente é fundamental para assegurar a confiabilidade das informações fruto da gestão das empresas por meio dos demonstrativos financeiros objeto de informações para tomada de decisão dos investidores e interessados *stakeholders*. Assim tornam-se necessários mecanismos de controle que auxiliem o alinhamento de interesses entre agentes internos e externos.

Entretanto, a governança corporativa também pode afetar consideravelmente a capacidade do auditor de identificar distorções gerenciais e pode afetar o resultado das negociações entre auditor e cliente sobre ajustes de auditoria (Keune & Johnstone 2012). Tais fatos devem ser objeto de análise da maturidade e conhecimento do auditor independente, tendo em vista que, estudos anteriores demonstram que a governança foca nos controles e interesses por parte dos *stakeholders*.

Bortolon *et al.*, (2013), trouxe ainda alguns procedimentos internos de governança que podem afetar a independência e os custos dos serviços de auditoria como, a atuação dos conselhos de administração e comitês de auditoria. Nessa visão a literatura pode se dividir em a que investiga os determinantes dos custos de auditoria e a que verifica os riscos e efeitos da perda da independência do auditor externo. Neste sentido, surge a questão do tempo do mandato da auditoria e seu rodízio conforme disposto na Instrução No 308 (CVM308/99).

Relativamente aos serviços prestados por firma de Auditoria e influência da Governança Corporativa, Myers *et al.*, (2003) retrata que a firma de auditoria pode conduzir uma auditoria de forma eficaz e eficiente ao longo dos períodos de contratação. Ainda ela possui experiência e competência de negócios do cliente adquiridas pelos auditores ao longo de um período, e que também há possibilidade de os auditores limitarem o nível de acréscimos discricionários indicado pela administração quando o mandato da auditoria é estendido.

2.2 Rodízio de Auditoria

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, publicou em 14 de maio de 1999 a Instrução No 308 (CVM308), na qual dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários. Nessa instrução, ficou estabelecido, que o auditor independente não poderá prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data da instrução, não podendo ser recontratado o auditor substituído em prazo inferior a três anos de sua substituição. Foi instituído nesse ato o que passou a se chamar coloquialmente de rodízio dos auditores. Para Oliveira e Santos (2007), o objetivo da adoção do rodízio foi atenuar a falta de credibilidade no



mercado financeiro face à descontinuidade das instituições financeiras e nos prejuízos gerados por estas aos seus correntistas.

Segundo Formigoni, Pomba, Soares e Paulo (2008) há dois tipos de rodízio de auditoria, como o rodízio de firmas de auditoria e o rodízio de auditores. O primeiro consiste na ruptura comercial que há entre a firma de auditoria e o cliente, já o segundo se refere a substituição dos profissionais que desenvolvem as atividades da auditoria, sem que haja ruptura comercial com a firma de auditoria propriamente dita e o cliente.

Além do rodízio compulsório, existe o rodízio voluntário em que por algum motivo a firma de auditoria é substituída por outra dentro do prazo de 5 anos. Sprenger, Silvestre & Laureano (2016) mencionam que empresas que recebem relatório de auditoria modificado são mais propensas a substituírem seus auditores independentes, assim como concluíram que as empresas chamadas *Big-Four* estão menos vulneráveis ao rodízio voluntário.

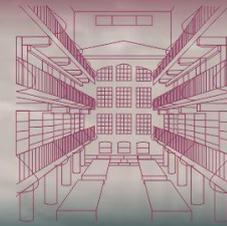
A rotatividade tornou-se um assunto muito estudado na literatura, à medida que influencia de alguma forma no relacionamento dos auditores com seus clientes, bem como em todo o mercado das empresas de auditoria, questionando-se, dessa forma, sua efetividade (Quevedo & Pinto, 2014). Além disso, a obrigatoriedade do rodízio de auditoria não é unanimidade no mundo, visto que há discussão se tal prática realmente maximiza a independência e a qualidade da auditoria externa. Oliveira e Santos (2007) apresentaram um quadro com os aspectos positivos e negativos do rodízio de auditoria independente, baseados em estudos brasileiros e internacionais, conforme Figura 1.

Figura 1

Aspectos positivos e negativos do rodízio de auditoria independente

Aspectos positivos	Aspectos negativos
a. Socializa o conhecimento técnico pois quebra o monopólio do conhecimento e da prática de auditoria em determinado segmento; b. Satisfaz o público com a quebra de relacionamento de longo prazo, conferindo a determinados usuários de demonstrações contábeis uma percepção de maior independência; c. Muda o perfil do auditor nas empresas submetidas ao rodízio. Um perfil mais técnico do auditor é privilegiado em detrimento do perfil comercial e gerador de novos trabalhos; d. Requer maior atenção do auditor pelo processo frequente de troca pela exposição de seus papéis de trabalho a outros auditores, sucessores ou revisores; e. Focaliza a atenção do auditor no acionista, e não na administração; f. Muda a metodologia de auditoria com foco concentrado nos procedimentos obrigatórios e maior objetividade na alocação e no foco dos testes de auditoria; g. Atenua a falta de fiscalização do Estado, pois a possibilidade de o auditor sucessor ter acesso aos papéis de trabalhos referentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis das empresas pode ser considerada uma forma de fiscalização adicional, que deveria estar sendo feita pelo Estado.	a. Não mantém o conhecimento acumulado da firma de auditoria que tem feito os trabalhos. O foco dos trabalhos do novo auditor pode não ser direcionado para áreas de risco; b. Desestabiliza a relação econômica entre as partes. No primeiro ano de trabalho, é realizado um investimento considerável pelas firmas na expectativa de ser recuperado em anos subsequentes por trabalhos mais eficientes e mais bem planejados; c. Redução dos investimentos em especialização dos auditores, pois as firmas não alocariam recursos na formação técnica, sem a certeza de que a interrupção do relacionamento ocorreria por circunstâncias normais, e não por decisão regulatória; d. A governança corporativa é afetada, pois liberdade de escolha estaria sendo impactada em sua essência; e. Desequilibra o mercado das firmas pois a busca pela recomposição de carteiras de clientes seria estruturada de forma inadequada, sem respeitar as condições normais de mercado; f. A carreira em auditoria seria dificultada, pois a perda desses clientes pode propiciar até mesmo a interrupção da prática de auditoria de firmas.

Fonte: Oliveira e Santos (2007, p .95).



No entanto, é importante salientar que os estudos envolvendo o rodízio de auditoria independente, possuem vertentes diferentes. O estudo de Dopuch, King & Schwartz (2001), que compara regimes de rodízio obrigatórios com regimes de rodízio facultativos, encontrou evidências de que aqueles que exigem o rodízio reduzem a disposição do auditor em emitir opiniões com viés favorável. Contraponto este estudo, Johnson, Khurana & Reynolds (2002) encontraram evidências de que a qualidade dos resultados cai quando os auditores estão a menos de 3 anos auditando uma empresa. Já Myers, Myers & Omer (2003), encontraram evidências de que a rotatividade voluntária produz mais opiniões com viés favorável do que a rotatividade obrigatória.

No Brasil, não é diferente, os autores Azevedo e Da Costa (2012), encontraram evidências de que a troca da firma de auditoria não impacta o nível do gerenciamento de resultados. Por outro lado, Silvestre, Costa e Kronbauer (2018) encontraram indícios de que o rodízio de auditores reduz o volume de *accruals* discricionários e, portanto, melhoram a qualidade dos resultados. Esses resultados mostram que as pesquisas ainda não estão estabilizadas quanto aos resultados e indica que mais estudos, envolvendo outras variáveis devem ser feitos para identificar com precisão essa relação.

2.3 Gerenciamento de resultados

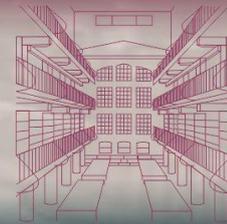
O gerenciamento de resultado constitui uma ferramenta que interessa a todos os *stakeholders* das empresas, isso explica a constante evolução das pesquisas em contabilidade nos últimos anos. Bispo e Lamounier (2011) apontam que os investidores e demais participantes do mercado de capitais estão interessados em averiguar o quanto os resultados das empresas são manipulados, uma vez que tais resultados são determinantes para a tomada de uma série de decisões, incluindo a compra de ações ou sua respectiva venda.

Schipper (1989) conceitua gerenciamento de resultados como uma intervenção intencional no processo de elaboração dos relatórios financeiros, com a intenção de obter algum ganho privado. Para Healy e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre quando os gerentes usam o julgamento para modificar o entendimento de algumas das partes interessadas no desempenho econômico da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependem de números contábeis.

Neste sentido, é importante ressaltar que a prática de gerenciamento não se configura fraude contábil. Ou seja, o gestor opera dentro dos limites do que prescreve a legislação, entretanto, nos pontos em que as normas facultam discricionariedade ao gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade, mas em função de outros incentivos (Martinez, 2001). Sendo assim, nem sempre o gerenciamento de resultado é prejudicial aos *stakeholders*, como quando os administradores se utilizam da discricionariedade gerencial para sinalizar aos grupos de interesse suas expectativas quanto aos futuros fluxos de caixa da empresa. Em geral, o foco das pesquisas empíricas a respeito do gerenciamento de resultados está concentrado nos *accruals* discricionários (Martinez, 2013).

Os *accruals* nascem da aplicação do regime de competência quando há um descasamento entre a entrada ou saída em caixa e o reconhecimento contábil de uma transação (Ronen & Yaari, 2008). Ou seja, não há *accrual* quando o reconhecimento contábil de uma transação ocorre no mesmo momento da sua entrada ou saída em caixa. Por isso, *accruals* não ocorrem no regime de caixa e são uma consequência natural do regime de competência.

Nessa visão, quando a administração se utiliza da discricionariedade para gerenciar o *accrual* e, conseqüentemente, o resultado, dá-se o nome de *accrual* discricionário. Um *accrual* que ocorre naturalmente, sem a interferência da administração, é chamado de *accrual* não-



discricionário (Ronen & Yaari, 2008). Além disso, os *accruals* possuem a características de serem estimativas que possuem representatividade material para os resultados e podem ser manipulados legalmente no âmbito dos princípios contábeis (Ronen & Yaari, 2008). Dessa forma, *accruals* específicos oferecem uma oportunidade única para detectar gerenciamento de resultados.

Seguindo estas definições, o comitê de auditoria tem por finalidade monitorar a discricionariiedade financeira dos gestores, como forma de garantir a credibilidade das demonstrações financeiras, proteger os interesses dos acionistas e melhorar a qualidade da informação contábil reportada (Davidson, Goodwin-Stewart & Kent, 2005). Em estudo, os autores validam que a eficiência desse comitê está associada ao grau de independência dos seus membros. Assim, a eficiência do comitê de auditoria ao supervisionar as atividades dos gestores para melhorar a qualidade da informação contábil está associada ao grau de independência dos membros desse colegiado (Sultana, Singh & Van Der Zahn, 2015).

Cunha, Hillesheim, Faveri e Rodrigues (2014), em um estudo com 415 empresas listadas na BM&FBovespa nos exercícios de 2010 e 2011, constataram que o tamanho do comitê de auditoria e a independência dos seus membros não influenciam o nível dos *accruals* discricionários. Segundo DeAngelo (1981), a escolha de uma empresa de auditoria de maior porte garante mais qualidade à auditoria, já que as grandes empresas detêm mais recursos e mais expertise para detectar práticas de gerenciamento de resultados que reduzem a qualidade da informação reportada aos usuários externos.

2.4 Estudos anteriores e formulação de hipóteses

Estudos anteriores têm se dedicado a identificar o nível de gerenciamento de resultados nas companhias abertas após a substituição do auditor independente e a verificar a qualidade das auditorias durante o rodízio das firmas de auditoria. Na figura 2 abaixo tem-se as pesquisas internacionais mais recentes.

Figura 2
Estudos anteriores

Autor/Título	Método	Resultados
Lennox, CS, Wu, X., & Zhang, T. (2014). Does Mandatory Rotation of Audit Partners Improve Audit Quality?	Método Logístico Dados em Painel Testes multivariados Modelo de Regressão	Os resultados sugerem que o rodízio obrigatório de sócios responsáveis pelo trabalho resulta em auditorias de maior qualidade nos anos imediatamente próximos ao rodízio. Foram encontrados especificamente uma frequência significativamente maior de ajustes de auditoria durante o último ano de mandato do sócio que sai antes do rodízio obrigatório e durante o primeiro ano de mandato do sócio entrante após o rodízio obrigatório.
Martani, D., Rahmah, NA, Fitriany, F., & Anggraita, V. (2021). Impact of audit tenure and audit rotation on the audit quality: Big 4 vs non big 4	Método de amostragem intencional Modelo de Jones Modelo de Kasnik	O rodízio de firmas de auditoria impacta positivamente a qualidade da auditoria, e o impacto positivo é menor em Big 4. Ainda observou que em Big 4, a rotação de parceiros de auditoria é suficiente para melhorar a qualidade da auditoria porque eles têm parceiros suficientes para realizar uma revisão de qualidade.



Autor/Título	Método	Resultados
Ele, LJ e Chen, J. (2021). Does Mandatory Audit Partner Rotation Influence Auditor Selection Strategies?	Modelo de regressão Dados em painel	Os resultados mostram que para as rotações de sócios da auditoria, em comparação com as empresas rotacionadas voluntariamente, uma porcentagem maior de empresas escolhe auditores especialistas do setor para serem seus sócios de auditoria sucessores sob rotação obrigatória.
Chen, L., Xiao, T., & Zhou, J. (2023). Do auditor changes affect the disclosure of critical audit matters? Evidence from China	Modelo de regressão Dados em painel	O estudo descobriu que as mudanças na divulgação de CAMs- Assuntos Críticos de Auditoria devido a mudanças de auditor afetam positivamente a qualidade da auditoria, a qualidade dos relatórios financeiros e a eficiência dos preços do mercado de ações.
Cimini, R., Mechelli, A., & Sforza, V. (2022). Independência do auditor e relevância de valor no setor bancário europeu: o ambiente de proteção ao investidor e a governança corporativa são importantes?	Modelo de regressão Dados em painel	Os achados demonstram que em diferentes ambientes de proteção ao investidor ou na presença de diferenças na qualidade da governança corporativa, fenômenos que possam ser interpretados como uma deterioração da independência do auditor não necessariamente determinam uma diminuição da value-relevância dos números contábeis

De par dessas evidências e do problema de pesquisa proposto “como o gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário é afetado pelo rodízio de auditoria independente?”, elege-se as seguintes hipóteses:

H₁: A substituição do auditor independente influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário.

A pesquisa irá investigar, ainda, se o rodízio voluntário e rodízio obrigatório são diferentes entre si quando se analisam os dados de gerenciamento de resultados. Diante disso, propõe-se a

H₂: O tipo de rodízio (obrigatório ou voluntário) influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário.

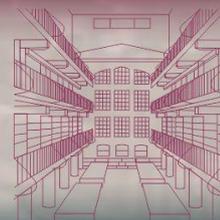
Outra proposta da pesquisa foi investigar se há diferenças entre as empresas tidas por *Big-Four* ou não no gerenciamento de resultados, portanto, tem-se a:

H₃: A substituição do auditor independente por/para uma empresa *Big-Four* influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Amostra e fonte de dados

A amostra do presente estudo compõe todas as empresas classificadas no setor agropecuário, que negociaram seus títulos mobiliários na B3 entre 2012 e 2022. A seleção das



empresas se deu por meio da coleta de informações no banco de dados básico da Comissão de Valores Mobiliários e do software Economática®, somando um total de 25 empresas. Foi utilizado o modelo de Pae (2005) para estimação dos *accruals*, estes entendidos como proxy de gerenciamento de resultados.

Além disso, as informações referentes à substituição do auditor independente estão relacionadas no Formulário de Referência, obrigatoriamente apresentado pelas empresas de capital aberto anualmente à CVM. A seção 2 do formulário apresenta a identificação e remuneração dos auditores independentes, nesta seção foram coletados todos os dados necessários para classificação do rodízio como voluntário ou obrigatório, a data do rodízio, se a empresa é uma *Big-Four* ou não e se o auditor foi substituído por uma empresa *Big-Four* ou não.

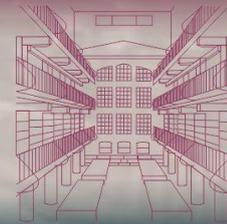
As informações relativas as auditorias colhidas do formulário de referência estão contidas na tabela 1 abaixo, com um total de 227 de observações, referente aos onze anos analisados.

As empresas 3tentos, Ctc S.A, BRF S.A e Marfrig só possuem um rodízio no período, isso se deve ao fato que as empresa realizaram a contratação das firmas de auditoria em 2012 e permaneceram até 2017 quando realizaram o primeiro rodízio e permaneceram por seis anos, extrapolando o prazo de 5 (cinco) anos estabelecido pela legislação, até realizarem a segunda troca em 2023 (período não analisado).

Tabela 1

Distribuição de frequência dos rodízios

Empresa	Setor	Nº de observações	Rodízio
3tentos	Agro e Pesca	5	1
Agribrasil	Agro e Pesca	5	-
Agrogalaxy	Agro e Pesca	5	-
Boa Safra	Agro e Pesca	6	-
Brasilagro	Agro e Pesca	11	4
Ctc S.A.	Agro e Pesca	6	1
Pomifrutas	Agro e Pesca	11	2
Raizen	Agro e Pesca	2	-
SLC Agrícola	Agro e Pesca	11	2
Vittia	Agro e Pesca	6	-
		68	10
Ambev S/A	Alimentos e Bebidas	11	2
BRF SA	Alimentos e Bebidas	11	1
Camil	Alimentos e Bebidas	5	-
Excelsior	Alimentos e Bebidas	11	2
JBS	Alimentos e Bebidas	11	2
Josapar	Alimentos e Bebidas	11	2
M Dias Branco	Alimentos e Bebidas	11	3
Marfrig	Alimentos e Bebidas	11	1
Minerva	Alimentos e Bebidas	11	2
Minupar	Alimentos e Bebidas	11	2
Oderich	Alimentos e Bebidas	11	2
		115	19
Irani	Papel e Celulose	11	2



Klabin S/A	Papel e Celulose	11	2
Melhor SP	Papel e Celulose	11	5
Suzano S/A	Papel e Celulose	11	1
		44	10
Total		227	39

Esta pesquisa ao delimitar a amostra nos anos compreendidos entre 2012 e 2022 como período de análise, reconhece que, em função da readoção do rodízio obrigatório em 2012, o Brasil passou a adotar a hipótese de ocorrência de dois tipos de substituição do auditor externo: voluntária e obrigatória. Dessa forma, a totalidade dos rodízios foi discriminada entre obrigatório e voluntário, ano de frequência, se a empresa substituída no rodízio foi ou não uma das empresas tidas por *Big-Four* e se a nova empresa de auditoria, a partir do rodízio, foi ou não uma das empresas tidas por *Big-Four* (tabela 2).

Tabela 2

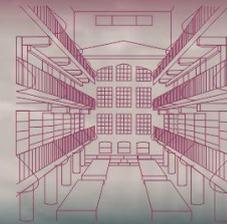
Distribuição de frequência de rodízios de auditoria

Total de Rodízios	39	100%
Rodízios Voluntários	11	28%
Rodízios Obrigatórios	28	72%
<i>Big-Four</i> para não <i>Big-Four</i>	2	5%
Não <i>Big-Four</i> para <i>Big-Four</i>	2	5%
<i>Big-Four</i> para <i>Big-Four</i>	17	44%
Não <i>Big-Four</i> para não <i>Big-Four</i>	18	46%
Rodízios 2012 - 2013	5	13%
Rodízios 2013 -2014	-	-
Rodízios 2014 - 2015	3	8%
Rodízios 2015 - 2016	2	5%
Rodízios 2016 - 2017	9	23%
Rodízios 2017 - 2018	5	13%
Rodízios 2018 - 2019	2	5%
Rodízios 2019 - 2020	2	5%
Rodízios 2020 - 2021	3	8%
Rodízios 2021 - 2022	8	21%

Na tabela 2, é possível notar que 72% dos rodízios de auditoria ocorridos na amostra foram rodízios obrigatórios. Em 44% dos rodízios ocorridos, a empresa substituída e a empresa substituta foram *Big-Four*. O fim dos anos 2016 e 2021 foram os anos que mais tiveram ocorrências de rodízios, 23% e 21% respectivamente. Todas as informações relacionadas à substituição do auditor independente foram coletadas diretamente nos Formulários de Referência publicados nos portais de relações com investidores das empresas ou no site da CVM.

3.2 Modelo

Uma *proxy*, do gerenciamento de resultados frequentemente utilizada nas pesquisas sobre o tema tem sido os chamados *accruals*. Colauto e Beuren (2006, p. 10) mencionam que *accruals* “representam os elementos do resultado que, embora pelo regime de caixa já tenham



sido efetivados, ainda não se atribuem dentro do período de apuração ou do regime de competência”. Isto posto, faz-se necessário ressaltar que *accruals* não se constituem de um problema em si, a realidade do negócio da empresa pode exigir a aplicação de *accruals*.

Para análise dessa pesquisa, foi utilizado o modelo de *accruals* de Pae (2005) para mensurar o gerenciamento de resultados. Pae (2005) propôs um aperfeiçoamento do modelo de Jones (1991) e Jones modificado (1995), ambos bastante difundidos em pesquisas acadêmicas para estimação de *accruals*. A escolha do modelo Pae (2005) justifica-se pelo fato de que tal modelo tem como objetivo aumentar o poder preditivo do modelo Jones (1991) e Jones modificado (1995), e isto é possível por meio da inclusão de variáveis que representam o fluxo de caixa operacional e a reversão natural dos *accruals* anteriores (Paulo, 2007; Baptista, 2008).

O cálculo dos *accruals* totais, segundo Pae (2005), se dá por meio da equação 1.

$$TA_{it} = a \left(\frac{1}{A_{it-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it}) + \beta_2 (PPE_{it}) + \lambda_1 (FCO_{it}) + \lambda_2 (FCO_{it-1}) + \lambda_3 (TA_{it-1}) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:

TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no período t;

A_{it-1} = ativo total da empresa i no final do período t-1;

ΔR_{it} = variação das receitas líquidas da empresa i do período t-1 para o período t;

PPE_{it} = saldos das contas Ativo Imobilizado da empresa i no final do período t;

FCO_{it} = fluxo de caixa operacional da empresa i no período t;

FCO_{it-1} = fluxo de caixa operacional da empresa i no período t-1;

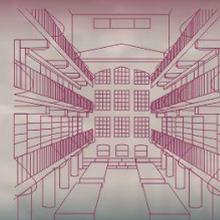
ε_{it} = erros da regressão, tidos como *accruals* discricionários.

Como apontam Azevedo e Costa (2012), quanto mais distante de zero for o resultado dos *accruals*, maior será o nível de gerenciamento de resultados. No presente estudo foi aplicado o modelo de dados em painel e o *software* Stata para os procedimentos estatísticos necessários.

Foi realizado o teste t de comparação de médias no *software* Stata com o objetivo de analisar se as médias observadas possuem significância estatística para análise das hipóteses do estudo. Para cada hipótese, foi observada as médias dos *accruals* antes e após a ocorrência de rodízio de auditoria independente. Martinez (2008, p.8) aponta que os *accruals* discricionários têm “como único propósito gerenciar o resultado contábil”. Baptista (2008) e Silva e Lucena (2017) mencionam que os *accruals* totais também contêm informações importantes quanto ao nível de gerenciamento de resultados, portanto, para a análise dos resultados, foram observadas as médias, para cada evento analisado, dos *accruals* totais e dos *accruals* discricionários.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente aplicou-se o Modelo de dados em painel com os Efeitos Fixos e os erros padrão robustos, pois, conforme Gujarati (2006), ele tende a promover resultados mais informativos, com maior variabilidade e menor colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência. Entretanto, foi aplicado o modelo de dados em painel com efeitos aleatórios e assumiu-se que a correlação do componente não observável e os regressores são iguais a zero. Em seguida foi realizado o teste de Hausman para confirmar e não se rejeitou a hipótese nula, ou seja, a hipótese de que o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado que o



de efeitos fixos. Sendo assim, foi utilizado o modelo de efeitos aleatórios pois ele possui estimadores mais eficientes que o de efeitos fixos.

A análise proposta neste artigo foi a identificação do nível de explicação das variáveis do modelo de *accruals* de Pae (2005) na percepção do gerenciamento de resultados em empresas do setor agropecuário, para tanto, considerou-se que os *accruals* se apresentam como sinalizadores da prática de manipulação dos resultados das empresas.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das observações das variáveis para aplicação do modelo de Pae (2005) considerando a estimação dos *accruals* totais e não houve exclusão de *outliers*. A variável AT (*Accruals totais*) apresentou um valor médio alto (11.20), diferente dos valores encontrados pelos estudos realizado por Silva e Lucena (2017) e Parreira, Nascimento, Puppim e Murcia (2020), com o objetivo de identificar a percepção de gerenciamento de resultados em empresas com oferta pública inicial de ações. Ademais, seu valor máximo (15.38), se demonstrou bem superior à sua média. Com isso, de acordo com Baptista (2008), pode se inferir que em alguns períodos foram identificados valores ainda maiores de *accruals*, podendo sinalizar a ocorrência de maiores incidências da prática de gerenciamento de resultados, pontualmente, em alguns anos.

Tabela 3

Estatística descritiva das observações

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>Accruals</i> Totais	11.20	2.04	3.83	15.38
1/ Ativo total	0.00	0.00	0.00	0.00
ΔR	13.09	2.46	7.28	18.20
PPE	13.67	2.59	5.12	18.07
FCO	12.54	2.60	5.91	16.98
FCO (t-1)	12.52	2.56	5.91	16.98
<i>Accruals</i> Totais (t-1)	11.12	2.03	3.83	15.38

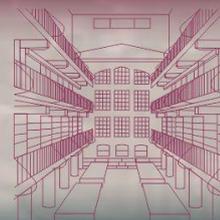
A obtenção dos *accruals* se deu por meio de regressão, conforme exposto na metodologia desta pesquisa, utilizando o *software* Stata. Os resultados são apresentados na Tabela 4. O coeficiente de determinação da regressão analisada (R^2 - ajustado) foi de 97% para *Within*, 40,30% para *Between* e 37,08% para *Overall*.

Tabela 4

Resultados da regressão por meio do modelo de dados em painel

	Prob > chi2	0.000
	corr (u _i , X)	0.000
R² ajustado	Within =	0.9700
	Between =	0.4030
	Overall =	0.3708

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	P-Valor
1/ Ativo total	147247.3	284885.9	0.520	0.605
ΔR	-0.11782	0.20093	-0.590	0.558
PPE	-0.34761	0.48805	-0.710	0.476



FCO	-0.64241	0.23911	-2.690	0.007
FCO (t-1)	0.79818	0.15275	5.230	0.000

Os resultados apresentados na tabela 4 demonstram que, para o teste de significância, o p-valor de duas variáveis foi estatisticamente significativo a 99%, são elas o fluxo de caixa operacional do período t e o fluxo de caixa operacional do período t-1. Esse resultado contribui para reafirmar o estudo realizado por Li e Zaiats (2017), no qual identificaram a prática de gerenciamento de resultados por meio dos fluxos de caixa.

Em relação ao resultado dos coeficientes, o sinal esperado para a variação da receita (ΔR) não é definido com muita precisão, pois uma variação na receita tanto pode provocar variações positivas no lucro, com o aumento nas contas a receber, quanto negativas, por meio do aumento nas contas a pagar. Já para o coeficiente da variável PPE, houve a confirmação negativa, por compor o grupo de redutores do lucro (depreciação e amortização). E para os coeficientes das variáveis FCO e FCO (t-1) espera-se que apresentem sinais positivos, pois os *accruals* são utilizados para compensar os efeitos transitórios do fluxo de caixa (Ball & Shivakumar, 2006).

As variáveis do modelo evidenciam relações positivas e negativas com a variável dependente *accruals* discricionários, cabendo destaque à FCO (Fluxo de caixa operacional no período t). Para esta, a análise aplicável é de que a variação de 1 unidade em *accruals* discricionários, provoca uma variação negativa de aproximadamente 0,64 unidades nos fluxos de caixa operacionais da companhia.

A fim de analisar se há diferença estatisticamente significativa no nível de gerenciamento de resultados entre o conjunto de empresas que realizaram troca de empresas de auditoria e as que não realizaram troca de empresas de auditoria, aplicou-se o teste t de *student*, o qual é apresentado na tabela 5.

Tabela 5

Teste de médias do gerenciamento de resultados

Empresas	Média <i>Accruals</i>	Desvio padrão	P-valor
Com troca	9.68	1.23	0.0187
Sem troca	11.35	0.22	

A média de *accruals* em empresas que houve troca de auditoria foi de (9,68), e a sem troca foi de (11,35) a um nível de significância de 98%. Com isso, foi possível confirmar a hipótese testada H_1 : “A substituição do auditor independente influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário”. Ao testar essa hipótese, foi possível responder a problemática proposta pela pesquisa: “O gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário é afetado pelo rodízio de auditoria independente?”. Contrapondo os achados dos autores Azevedo e Costa (2012), que encontraram evidências de que a troca da firma de auditoria não impacta o nível do gerenciamento de resultados. Além disso, os autores mencionam que uma vez obtido os *accruals* das empresas, quanto mais distante de zero, maior será o nível de gerenciamento de resultados.

A fim de investigar, ainda, se o rodízio voluntário e rodízio obrigatório são diferentes entre si quando se analisam os dados de gerenciamento de resultados, propõe-se a H_2 : O tipo de rodízio (obrigatório ou voluntário) influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário. O resultado mostrou que quando a troca é voluntária, o gerenciamento de resultado é (2,09) maior que quando é obrigatória.



Tabela 6

Teste de gerenciamento de resultados - Troca voluntária ou obrigatória

Empresas	Média Accruals	Desvio padrão	P-valor
<i>Obrigatória</i>	9.27	1.37	0.0073
<i>Voluntária</i>	11.36	0.22	

A última proposta da pesquisa foi investigar se há diferenças entre as empresas tidas por *Big-Four* ou não no gerenciamento de resultados, portanto, tem-se a: H_3 : A substituição do auditor independente por/para uma empresa *Big-Four* influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário.

Para isso, tem-se a tabela 7, as trocas de *Big-Four/Não Big-Four* e *Não Big-Four/Big-Four* não obteve amostra suficiente para se calcular a significância do estudo, mostrando que no setor agropecuário é menos comum de acontecer. Entretanto, é possível observar que empresas que realizam trocas de não *Big-Four* para não *Big-Four*, possuem um gerenciamento de resultado menor comparado com as demais do setor.

Tabela 7

Teste de gerenciamento de resultados – *Big-Four/Big-Four*

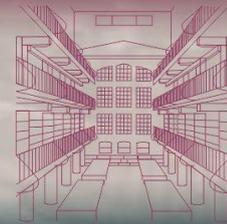
Empresas	Média Accruals	P-valor
<i>Big-Four/Big-Four</i>	10.95	0.4315
<i>Big-Four/Não Big-Four</i>	11.77	*
<i>Não Big-Four/Big-Four</i>	12.14	*
<i>Não Big-Four/ Não Big-Four</i>	7.31	0.0003

Além disso, pode-se afirmar que o tipo de firma de auditoria (*Big-Four* e *Não Big-Four*) não impacta, da mesma forma, no gerenciamento de resultados. Nesse sentido, as evidências corroboram os achados de Becker, DeFond, Jiambalvo e Subramanyam (1998), Silva e Bezerra (2010), Martinez e Reis (2010) e Azevedo e Costa (2012).

5. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo identificar, por meio de análises estatísticas aplicando o modelo de *accruals* de Pae (2005), se o rodízio de auditoria independente produz algum efeito no nível de gerenciamento de resultados das companhias do setor agropecuário brasileiras listadas nas B3 entre os anos de 2012 e 2022. A literatura revisitada preconiza que a troca da firma de auditoria contribui para o aumento da independência da empresa de auditoria em relação à empresa auditada bem como um instrumento para a redução do gerenciamento de resultados, uma vez que o novo auditor pode se apresentar mais cético em relação às demonstrações contábeis, aumentando dessa forma a qualidade das demonstrações contábeis (Cunha, Leite & Morais, 2019).

O estudo cumpriu com o objetivo de analisar como o rodízio de auditoria influencia no gerenciamento de resultados das empresas do setor agropecuário brasileiro. Os resultados encontrados evidenciaram que as variáveis que relativas ao Fluxo de caixa operacional no ano seguinte e no ano anterior ao rodízio, impactam no gerenciamento de resultados das empresas do setor no período analisado. De mesmo modo, ao se analisar os *accruals*, pode-se observar



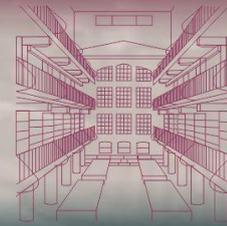
que o alto valor médio sinaliza a ocorrência de maiores incidências da prática de gerenciamento de resultados, pontualmente, em alguns anos.

Quanto a hipótese H_2 : O tipo de rodízio (obrigatório ou voluntário) influencia o nível de gerenciamento de resultados nas empresas do setor agropecuário. O estudo evidenciou que quando houve troca voluntária, as empresas apresentam um gerenciamento maior comparado às que não tiveram ou que foram obrigatórios. Quanto as trocas de *Big-Four*/Não *Big-Four* e Não *Big-Four*/*Big-Four* o estudo não obteve amostra suficiente para calcular a significância da relação, mostrando que no setor agropecuário é menos comum de acontecer, ainda sim, é possível observar que as trocas de não *Big-Four* para não *Big-Four*, possuem um gerenciamento de resultado menor comparado com as demais.

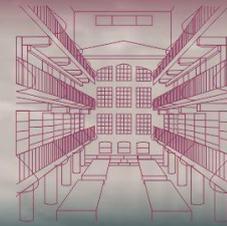
Sendo assim, essa pesquisa contribuiu para um melhor conhecimento sobre como se comporta o gerenciamento de resultados quando há rodízio de auditoria em empresas do setor agropecuário brasileiro. Como estudos futuros sugere-se a realização de uma análise individual das empresas do setor, visto que foram encontradas relações significativas, entretanto para validar a influência das empresas *Big-Four*, talvez seja necessário um estudo aprofundado, como um estudo de caso, que poderá analisar com uma perspectiva mais ampla e com documentos internos que facilite a relação das variáveis estudadas.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. B., Corrar, L. J., & Batistella, F. D. (2004). Adoção de práticas de governança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências empíricas. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 39(4).
- Azevedo, F. B & Da Costa, F. M. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração Mackenzie*.
- Ball, R. &Shibakumar, L. (2006). The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. *Journal of Accounting Research*.
- Bispo, O. D. A., & Lamounier, W. M. (2011). Gerenciamento de resultados contábeis e o desempenho das ofertas públicas subsequentes de ações de empresas brasileiras.
- Bortolon, P. M., Neto, A. S., & Santos, T. B. (2013). Custos de Auditoria e Governança Corporativa*/Audit Costs and Corporate Governance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 27.
- Chagas, J. F., Del Trabajo, T., & Pymes, M. (2007). Governança corporativa: aplicabilidade do conceito, dos princípios e indicadores à gestão de pequenas e médias organizações.
- Consoni, S., Colauto, R. D., & de Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 28(74), 249-263.
- Dechow, Patricia., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*.
- Dopuch, N., King, R. R. & Schwartz, R. (2001). An Experimental Investigation of Retention and Rotation Requirements. *Journal of Accounting Research*.
- El Diri, M. (2018). *Introduction to Earnings Management*. Springer International Publishing, eBOOK, ISBN 978-3-319-62685-7.



- Embrapa. (2021). *O Agro no Brasil e no Mundo: Uma síntese do Período de 2000 a 2020*. <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf/41e20155-5cd9-f4ad-7119-945e147396cb>
- Formigoni, H., Pompa, A. M. T., Soares, L. R., & Paulo, E. (2008). A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 19(3)
- Hausmann, D. C. S., Savariz, C. R., Bizatto, L. S., & Klann, R. C. (2017, August). Gerenciamento de Resultados em Empresas de Construção Civil Envolvidas na Operação Lava Jato. In VIII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2017.
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Accounting Horizons, v. 13, n. 4, p. 365–383.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*, Homewood, IL: Irwin.
- Johnson, V. E., Khurana, I. K. & Reynolds, J. K. (2002). Audit-Firm Tenure and the Quality of Financial Reports. *Contemporary Accounting Research*.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. IBGC. (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. (5 ed.). São Paulo: IBGC
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-3606.
- Keune, M. B. & Johnstone. K. M. (2012). Julgamentos de materialidade e a resolução de distorções detectadas: O papel dos gerentes, auditores e comitês de auditoria. *The Accounting Review* 87 (5): 1641–1677.
- Kreter, A. C., Ferreira, D., Servo, F., Soria, G., Filho, B., Ronaldo, J., & Souza, C. (2023). *CARTA DE CONJUNTURA*. <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>
- Li, T. & Zaiats, N. (2017). Information environment and earnings management of dual class firms around the world. *Journal of Banking & Finance*.
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo.
- Martinez, A. L. (2013). *Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura*. *Brazilian Business Review*, Brasília.
- Martinez, A. L. & Reis, G. M. R. (2010) Audit firm rotation and earnings management in Brazil. *Revista de Contabilidade e Organizações*.
- Martins, V. G., Oliveira, A. D., Niyama, J. K., & Diniz, J. A. (2014). Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. *Contexto*, 14(27), 23-42.
- McGahan, A. M. (2021). Integrating insights from the resource-based view of the firm into the new stakeholder theory. *Journal of Management*, 0149206320987282.
- Milgrom, P., Roberts, J. (1992). *Economics, Organizacional & Management*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Myers, J. N., Myers, L. A. & Omer, T. C. (2003). Exploring the Term of the AuditorClient Relationship and the Quality of Earnings: A Case for Mandatory Auditor Rotation? *The Accounting Review*.



- Oliveira, A. Q., & Santos, N. M. B. F. (2007). Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 18(45).
- Pae, J. (2005). Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24(1), 5-22.
- Parreira, M.T.S., Nascimento, E.M., Puppim, L. e Murcia, F.D.R. 2020. Rodízio de auditoria independente e gerenciamento de resultados: uma investigação entre empresas de capital aberto no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*. 40, 1 (nov. 2020), 67-86. DOI:<https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i1.44318>.
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Pereira, A. N., & Vilaschi, A. (2006). Governança Corporativa e Contabilidade: explorando noções e conexões. *Anais do Simpósio FUCAPE de Produção Científica*, Espírito Santo, Vitória, Brasil, 4, 102-117.
- Quevedo, M. C & Pinto, L. J. S. (2014). Percepção do Rodízio de Auditoria sob o olhar dos Auditores Independentes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*.
- Ronen, J. & Yaari, V. (2008). Earnings management: Emerging Insights in Theory, Practice, and Research.
- Schipper, K. (1989). Commentary on Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91-102.
- Silvestre, A. O., Costa, C. M. & Kronbauer, C. A. (2018). Rodízio de Auditoria e a Qualidade dos Lucros: Uma Análise a Partir dos Accruals Discricionários. *Brazilian Business Review*
- Sprenger, K. B., Silvestre, A. O., & Laureano, R. V. (2016). Relatório de Auditoria Independente Modificado e o Rodízio de Firma de Auditoria. In XVI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.